



Folha: 2  
Proc. n.º: 032/2025  
Rubrica: [assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE**

Av. do Comercio, sn – Centro – CEP: 65495-000  
CNPJ – 23.614.456/0001-47  
MIRANDA DO NORTE - MA

**DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA**

Órgão: Câmara Municipal de Miranda do Norte – MA.

Setor requisitante (Secretário da Câmara):

Responsável pela Demanda: Jhony Correia Costa

E-mail: cmirandadonortesetordecompras@gmail.com

**INTRODUÇÃO**

O presente Documento de Oficialização de Demanda em conformidade com o inciso I do art. 72 da Nova Lei de Licitações n. 14.133/2021, que aduz que “o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo”. A fase de Planejamento da Contratação terá início com o recebimento do Documento de Oficialização da Demanda pelo Gabinete da Presidência. Sendo elaborado pela Área Requisitante da solução.

**1. Objeto**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria técnica e orientação ao controle interno, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Miranda do Norte – MA.

**2. Justificativa da necessidade da contratação**

2.1. A Administração Pública Municipal enfrenta desafios permanentes para assegurar a legalidade, eficiência e transparência na condução dos atos administrativos, sobretudo no âmbito do controle interno. Este, por sua vez, desempenha papel estratégico na fiscalização e orientação dos processos administrativos, contribuindo para a mitigação de riscos, prevenção de irregularidades e fortalecimento da governança institucional.

2.2. A obrigatoriedade da manutenção de Sistema de Controle Interno na Administração Pública foi estabelecida pela Constituição Federal de 1967 e confirmada pela Constituição Federal de 1988, em seus artigos 70 e 74 e a implantação deste sistema nos estados e municípios brasileiros vem ocorrendo de forma gradual.

2.3. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, prevê em seu artigo 54, que dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal, a obrigatoriedade da assinatura, naquele relatório, dos responsáveis pelo Sistema de Controle Interno.

2.4. É certo que amplitude do controle não se restringe a aspectos contábeis ou financeiros, mas alcança toda a atividade administrativa, e, de forma especial, a detectar eventuais riscos que possam prejudicar o cumprimento das metas físicas e a consecução dos objetivos institucionais do órgão ou entidade.

2.5. A atuação preventiva do controle interno e a educação continuada são os grandes alicerces para a instrumentalização de ações que favoreçam a melhoria dos processos decisórios, da



Folha: 3  
Proc. n °: 032/2025  
Rubrica: f

ESTADO DO MARANHÃO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE**

Av. do Comercio, sn – Centro – CEP: 65495-000

CNPJ – 23.614.456/0001-47

MIRANDA DO NORTE - MA

condução das atividades, e, principalmente, da consecução dos objetivos finalísticos da Administração Pública.

2.6. Nesse cenário, as atividades operacionais da Câmara Municipal de Miranda do Norte - MA, em busca de atendimento ao princípio da eficiência, demandam a Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria técnica e orientação ao controle interno, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Miranda do Norte - MA, em conformidade com a legislação pertinente, auxiliando na tomada de decisões por parte da administração Legislativa.

2.7. A inexistência de suporte técnico qualificado pode comprometer a regularidade dos atos administrativos, ampliar a vulnerabilidade da gestão a falhas procedimentais e gerar riscos de responsabilização dos agentes públicos. Nesse contexto, a consultoria especializada se mostra essencial para a implementação de boas práticas de governança, revisão de fluxos internos e acompanhamento sistemático da execução orçamentária e financeira, assegurando maior eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos.

2.8. Além disso, o serviço contratado contemplará a realização de treinamentos específicos para os servidores, capacitando-os para desempenhar suas funções com maior segurança jurídica e técnica, reduzindo riscos de desconformidade e consolidando uma cultura organizacional voltada ao fortalecimento do controle interno.

2.9. Diante do exposto, a contratação se justifica pela necessidade de:

- 2.9.1. Garantir a legalidade e regularidade dos atos administrativos;
- 2.9.2. Promover maior eficiência operacional e uso racional dos recursos;
- 2.9.3. Reduzir riscos institucionais e prevenir falhas de gestão;
- 2.9.4. Aprimorar os mecanismos de fiscalização, auditoria preventiva e governança pública.

2.10. Assim, a medida revela-se indispensável para a modernização e fortalecimento da gestão administrativa da Câmara Municipal de Miranda do Norte – MA, alinhando-a aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**3. Descrição e quantidades dos serviços**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
01	Auxiliar na Elaboração de Relatórios e recomendações a serem expedidas pelo órgão de Controle Interno de acordo com as normas legais vigentes; Elaboração e implantação das normas internas operacionais em todos os setores; Auxílio na elaboração dos esclarecimentos apontados pelo Tribunal de Contas do Estado; Treinamento e consultoria contínua nos assuntos que dizem respeito ao controle interno; Visitas de verificação em todos os departamentos da Câmara Municipal, realizando auditorias e emitindo pareceres conclusivos sobre o cumprimento da legalidade das despesas, em conjunto ou separadamente com a Controladoria Geral da Câmara; Auxílio na elaboração de projetos de leis sobre o controle interno e seus regimentos; Palestras do Controle Interno na Administração Pública e demais assuntos relativos ao Controle Interno Legislativo; Consultoria às atividades de apresentação dos relatórios de competência do Controle	Mês	12



Folha: 4  
Proc. n °: 032/2025  
Rubrica: f

ESTADO DO MARANHÃO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE**

Av. do Comercio, sn – Centro – CEP: 65495-000

CNPJ – 23.614.456/0001-47

MIRANDA DO NORTE - MA

Interno e audiências públicas;

**4. Observações gerais**

4.1. Prazo de Entrega/ Execução: 12 (doze) meses.

4.2. Local e horário da Entrega/Execução: Sede da Câmara Municipal de Miranda do Norte/MA.

4.3. Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Setor de licitação.

4.4. Prazo para pagamento: até 30 dias após recebimento da nota fiscal.

ID DO ITEM NO PCA	DESCRIÇÃO
06	749537997 - CONSULTORIA EM CONTROLE INTERNO

Miranda do Norte – MA, 01 de julho de 2025.

**JHONY CORREIA**  
Assinado digitalmente por JHONY  
CORREIA COSTA:05277074309  
Razão: Eu sou o autor deste  
documento  
309  
Foxit PDF Reader Versão:  
2025.2.0

**Jhony Correla Costa**  
Diretor Administrativo  
Responsável pela Formalização da Demanda